

“RESPOSTA EM NÍVEL CIENTÍFICO”: A ESCRITA NAS CIÊNCIAS SOCIAIS E NAS CIÊNCIAS BIOMÉDICAS A PARTIR DA EPIDEMIA DE VÍRUS ZIKA EM RECIFE/PE

“Response at the scientific level”: writing in the social sciences and biomedical sciences based on the Zika virus epidemic in Recife/PE, Brazil

“Respuesta en nivel científico”: la escritura en ciencias sociales y biomédicas a partir de la epidemia del virus Zika en Recife/PE, Brasil

ISADORA SIPP VALLE¹
ORCID: 0009-0003-5983-8836

RESUMO

A emergência de saúde pública do vírus Zika, iniciada em 2015 na região Nordeste do Brasil, teve seu epicentro em Recife/PE. Na capital pernambucana, a configuração desse evento complexo culminou numa acentuada mobilização científica de diversas áreas do conhecimento. Como consequência de uma encomenda da Organização Pan-Americana de Saúde (OPAS), as ciências biomédicas foram encarregadas de dar respostas à comunidade científica internacional que explicassem o crescimento exponencial do número de crianças nascidas com microcefalia e outros agravos. Por outro lado, as ciências sociais acompanharam mães, cuidadoras e crianças afetadas por aquilo que mais tarde se entendeu como a Síndrome Congênita do Vírus Zika (SCVZ). O presente trabalho tem como objetivo focar em uma das faces dessa resposta científica, que é a escrita e a publicação de artigos. Neste artigo, lanço mão de referenciais teóricos dos Estudos Sociais da Ciência e da Tecnologia, bem como da crítica textual das ciências sociais. Por meio de pesquisa antropológica e etnográfica, são analisados relatos de cientistas que atuaram a partir da epidemia e trechos de seus artigos científicos publicados. Esses procedimentos revelam a comunicação de resultados da ciência como uma atividade que foi constituída por aspectos como trabalho coletivo em grupos de pesquisa; publicação acelerada em tempos de urgência; definição de revistas para divulgação de resultados; racionalidades biomédicas pouco evidentes nos escritos e engajamentos políticos com associações de mães de Zika.

Palavras-chave: Publicação; Artigo científico; Zika; Antropologia; Emergência.

ABSTRACT

The Zika virus public health emergency, which began in 2015 in the northeast of Brazil, had its epicenter in Recife/PE. In the capital of Pernambuco, the configuration of this complex event culminated in a marked scientific mobilization of various areas of knowledge. As a result of a commission from the Pan American Health Organization (PAHO), the biomedical sciences were tasked with providing answers to the international scientific community to explain the exponential growth in the number of children born with microcephaly and other diseases. On the other hand, the social sciences accompanied mothers, caregivers and children affected by what was later understood to be Congenital Zika Virus Syndrome (CZS). This paper aims to focus on one side of this scientific response, which is the writing and publication of articles. In this article, I draw on theoretical references from the Social Studies of Science and Technology, as well as textual criticism in the social sciences. Through anthropological and ethnographic research, I analyze the accounts

¹ Formada no Bacharelado em Antropologia pela Universidade de Brasília (2023), onde participou do projeto de pesquisa “Uma antropologia da ciência do vírus Zika: resultados, retornos e epistemologias” (2022-2024). Atualmente, é editora da *Áltera Revista de Antropologia*. Realiza pesquisa sobre a produção científica e a assistência em saúde, a partir da epidemia de Zika, no Instituto de Pesquisa Professor Joaquim Amorim Neto (IPESQ), localizado em Campina Grande (PB). E-mail: isadorasipp@gmail.com

of scientists who worked during the epidemic and excerpts from their published scientific articles. These procedures reveal the communication of science results as an activity which was constituted by aspects such as collective work in research groups; accelerated publication in times of urgency; the definition of journals for the dissemination of results; biomedical rationalities that were not very evident in the writings and political engagements with associations of mothers of children with Zika.

Keywords: Publication; Scientific article; Zika; Anthropology; Emergency.

RESUMEN

La emergencia de salud pública por el virus Zika, que comenzó en 2015 en el nordeste de Brasil, tuvo su epicentro en Recife/PE. En la capital de Pernambuco, la configuración de este complejo evento culminó en una marcada movilización científica de diversas áreas del conocimiento. Las ciencias biomédicas fueron las encargadas de dar respuestas a la comunidad científica internacional para explicar el crecimiento exponencial del número de niños nacidos con microcefalia y otras enfermedades. Por otro lado, las ciencias sociales acompañaron a madres, cuidadores y niños afectados por lo que posteriormente se entendió como Síndrome Congénito por el Virus Zika (SCVZ). El objetivo de este artículo es centrarse en una vertiente de esta respuesta científica, que es la redacción y publicación de artículos. En este artículo, me baso en referencias teóricas de los Estudios Sociales de la Ciencia y la Tecnología, así como en la crítica textual de las ciencias sociales. A través de una investigación antropológica y etnográfica, analizo los relatos de científicos que trabajaron durante la epidemia y extractos de sus artículos científicos publicados. Estos procedimientos revelan la comunicación de los resultados científicos como una actividad constituida por aspectos como el trabajo colectivo en grupos de investigación; la publicación acelerada en tiempos de urgencia; la definición de revistas para la divulgación de resultados; racionalidades biomédicas poco evidentes en los escritos y compromisos políticos con asociaciones de madres de pacientes con Zika.

Palabras-clave: Publicación; Artículo científico; Zika; Antropología; Emergencia.

INTRODUÇÃO

O caso da epidemia de vírus Zika, ocorrida sobretudo na região Nordeste do Brasil entre os anos de 2015 e 2017, é central neste trabalho e se enquadra como um caso de ineditismo que ocasionou um estado de emergência primeiramente nacional e posteriormente global (Diniz, 2016). O aumento vertiginoso de nascimentos de crianças com microcefalia e outros sérios agravos neurológicos movimentou fortemente o universo da produção científica. Um exemplo disso, somente se tratando do âmbito nacional, é o edital para o Combate ao Zika, o qual foi lançado à época pelo Departamento de Ciência e Tecnologia (DECIT) do Ministério da Saúde. Nele, foram financiados cerca de 70 projetos de pesquisa de diferentes áreas (Lira e Prado, 2020).

Diante desse cenário, este trabalho² se dispõe a realizar a síntese de um dos capítulos de minha monografia de graduação defendida no curso de Bacharelado em Antropologia (UnB), no qual busquei analisar a escrita e a publicação de artigos científicos a partir da epidemia de vírus Zika em Recife/PE (Valle, 2023). Ao iniciar minhas reflexões sobre o lugar do artigo científico em um contexto de emergência sanitária, despertava minha atenção o que uma interlocutora em campo chamou de “fome de pesquisador”, referindo-se à corrida – marcadamente percebida no campo das ciências biomédicas – para publicar artigos inéditos em um contexto de crise sanitária de causas até então desconhecidas. Afinal, a elaboração de projetos, a busca por financiamento e a busca ativa por pacientes e coleta de seus materiais biológicos são todas atividades que pareciam ter como objetivo final a publicação de artigos em periódicos científicos.

Então, partindo dessas ideias, surgiram alguns questionamentos. O artigo científico se produz como um validador do conhecimento? Como isso ocorre? No contexto da epidemia de Zika, quais os efeitos políticos e sociais dessa peça escrita? Para dar vida a essas indagações, procuro, neste trabalho, apresentar um material empírico que é fruto de minha inserção no grupo de pesquisa “Uma antropologia da ciência do vírus Zika: resultados, retornos e epistemologias”³. Nesse grupo, seguimos uma metodologia de trabalho marcada pela pesquisa coletiva e pela reunião de estudantes em diversas etapas de formação. Ao longo de quatro

² Agradeço à CAPES pelo auxílio financeiro a esse trabalho. Agradeço também às pessoas pareceristas, cujas contribuições ajudaram na melhoria do texto.

³ Ele é coordenado por Soraya Fleischer (DAN/UnB) e surge como desdobramento do projeto “Zika e microcefalia: Um estudo antropológico sobre os impactos dos diagnósticos e prognósticos das malformações fetais no cotidiano de mulheres e suas famílias em Pernambuco”, que foi coordenado por

temporadas de trabalho de campo, nossa equipe realizou 93 entrevistas com profissionais da saúde que atenderam e pesquisaram sobre a epidemia do vírus Zika em Recife/PE e com antropólogos que também pesquisaram nesse contexto. São trechos de algumas dessas entrevistas transcritas que aqui aparecerão.

Selecionei interlocutores de dois grupos de pesquisa com os quais dialogamos em campo, o que me leva a focar, neste trabalho, em uma comparação entre a produção científica das ciências sociais e das ciências biomédicas em torno da epidemia de Zika em Recife. O *Microcephaly Emergency Research Group* (MERG) é uma equipe vinculada ao Instituto Aggeu Magalhães (Fiocruz/PE), que realizou publicações a partir de uma encomenda do Ministério da Saúde brasileiro, em conjunto com a Secretaria Estadual de Saúde de Pernambuco (SES/PE) e a Organização Pan-Americana de Saúde (OPAS). Já o Núcleo de Família, Gênero e Sexualidade (FAGES) é um grupo vinculado ao Departamento de Antropologia e Museologia da Universidade Federal de Pernambuco (DAM/UFPE). Esse grupo é composto por antropólogos que conduziram o projeto de pesquisa intitulado “Etnografando Cuidados e Pensando Políticas de Saúde e Gestão de Serviços para Mulheres e Seus Filhos com Distúrbios Neurológicos Relacionados com Zika em Pernambuco, Brasil”, que obteve aprovação no edital do DECIT acima mencionado.

É importante destacar também que um dilema ético afetou este trabalho: como analisar os artigos científicos de nossos interlocutores de pesquisa e os trechos de seus depoimentos sem revelar suas identidades? Dialogando com outros autores que refletem sobre a questão ética da (des)anonimização (Zanella, 2014; Fonseca, 2008), a solução encontrada foi utilizar pseudônimos para os sujeitos cujas falas individuais aparecem aqui, mesmo que os nomes dos grupos de pesquisa dos quais eles fazem parte sejam revelados. Essa medida protege os sujeitos que pactuaram sua participação na pesquisa, ao mesmo tempo em que me permite analisar seus artigos científicos.

Este trabalho está dividido em três partes, além desta introdução e das considerações finais. Em um primeiro momento, apresento relatos de três interlocutoras do FAGES e problematizo, a partir de suas falas, as categorias de “resposta em nível científico” e “tempo” de publicação, demonstrando a processualidade da produção de conhecimento no grupo e articulando essas categorias com o referencial teórico proposto por Neves (2020), Novas (2006) e Epstein (1995). Em seguida, apresento os relatos de uma interlocutora do MERG e discorro sobre a “resposta científica” esperada pela “comunidade central da ciência”, expectativa que se reflete em uma discussão sobre o predomínio do inglês na ciência (Ortiz, 2003). Por fim, discuto comparativamente a escrita e a publicação de artigos nas ciências sociais e nas ciências biomédicas.

1. OS TEMPOS DE PUBLICAÇÃO E A ANTROPOLOGIA APLICADA DO FAGES

À época da epidemia de vírus Zika, Miriam Souza⁴ era estudante de mestrado em Antropologia na UFPE e participou do projeto “Etnografando cuidados”. Ao ser questionada sobre como o tempo emergencial afetou o ritmo de publicação no FAGES, ela nos relatou:

Em termos da epidemia da Zika, eu sentia que havia pressa para escrever. Mas isso exige da gente, pros nossos textos na Antropologia, um tempo de reflexão, um tempo de cuidado ético com aquilo que a gente tá escutando em campo, que a gente tá observando, que a gente tá desenvolvendo. Então, eu acho que são tempos diferentes [entre a Antropologia e a Saúde], por mais que houvesse uma pressa. Por mais que houvesse uma necessidade de estar respondendo em nível científico, no FAGES, eu sentia que havia uma pressa maior em promover eventos com a gestão [e com as associações de familiares]. E, dali, surgiram reflexões sobre artigos, e aí isso era outro passo, isso era outra história (Miriam Souza, entrevista concedida à autora, 2025).

Com a fala de Miriam, a importância dos eventos organizados com a gestão e com associações como a União de Mães de Anjos (UMA) e a Associação de Mães e Famílias Raras (AMAR)⁵ foi destacada. O tempo vivido nos eventos era um tempo de construção de relações sociais e, portanto, um “tempo de reflexão e de cuidado ético”. Desse modo, percebemos que, embora a emergência sanitária tenha suscitado, no FAGES, uma preocupação em responder em nível científico, essa preocupação não determinava a abordagem do grupo, mas era determinada por outros fatores de observação da realidade circundante.

Como apontado por Neves (2020), a prática científica é uma atividade cujos procedimentos epistemológicos e metodológicos estão sujeitos a uma ordem hierarquizada mais ampla que rege as instituições científicas pelo globo. Tal ordem, a partir da atribuição de noções como boa e má ciência, ciência de “centro” e ciência

Soraya Fleischer e Rosamaria Carneiro entre os anos de 2016 e 2019. Ambos os projetos obtiveram aval ético do CEP CHS/UnB com os respectivos CAAEs: 54910022.4.0000.5540; 60509116.0.0000.5540.

⁴ Os nomes de interlocutores mencionados daqui em diante são pseudônimo

⁵ A UMA e a AMAR são duas organizações recifenses que acolheram famílias e crianças afetadas pela Síndrome Congênita do Zika na capital pernambucana.

de “periferia”, legitima-se e gera expectativas quanto ao modo como as pesquisas são construídas, que objetos priorizam e que resultados produzem. Essa é uma hierarquização ligada ao “modelo de comunidade central da ciência” (Neves, 2020, p. 5), um modo de compreender o empreendimento científico a partir das imagens de neutralidade, objetividade e universalidade. O imaginário dominante reproduz essa imagem de “centro”. Os Estudos Sociais da Ciência e da Tecnologia (ESCT) propõem outro modelo que, em vez de apartar a racionalidade científica da racionalidade das interações sociais, vê essas duas como inerentemente interligadas. Nesse sentido, é dada atenção aos contextos de interação prática que envolvem os processos de produção de conhecimento, e a legitimidade alcançada pela ciência passa a ser analisada como fruto da expansão de redes e da criação de situações linguisticamente mediadas.

Neves (2020) centraliza ainda o que ele chama de “regime de administração da irrelevância”, uma ordem científica depreciada, característica de contextos supostamente periféricos de produção de conhecimento. Os quatro elementos que compõem esse regime são: a) referência posterior, ou seja, desde o desenho de projetos até a escolha das revistas para publicação, tudo se dá como se fossem práticas “atrasadas”; b) escolha do objeto, ou “exotismo”, o que remete a objetos muito “locais”, ignorados pelas agendas globais da ciência; c) intercâmbio de pesquisadores, formando fluxos departamentais nos quais pesquisadores seguem de departamentos de menor prestígio para aqueles de maior prestígio; d) capacidade de tradução/difusão do conhecimento, ocorrendo por fluxos assimétricos, com baixo impacto das publicações.

Segundo o autor, esse regime é formado por práticas rotineiras – e nem sempre conscientes – de “periferização”, abordagem que se aproxima de uma dimensão mais microsocial ao dar atenção aos valores e aspectos subjetivos do cientista, que interferem na seleção de referenciais teórico-metodológicos, no privilégio a certos objetos e na submissão de artigos para publicação. Ainda, para Neves,

Escolher um lado é produzir identidade (central ou periférica) e, consequentemente, induzir o direcionamento prático de suas ações, periferizando-as ou centralizando-as. Neste sentido, pode-se falar em ciência central ou periférica, sem que se introduzam marcos territoriais, nacionais, econômicos e geopolíticos (Neves, 2020, p. 3).

OFAGES, sendo uma instituição científica localizada no epicentro da emergência, esteve sujeito ao sentimento de convocação gerado pela expectativa de “respostas científicas”, no sentido hegemônico do termo. No entanto, seus procedimentos epistemológicos e metodológicos remetem ao “regime de administração da irrelevância” (Neves, 2020), pois a prioridade não era a publicação inédita em tempo recorde, mas o “tempo de reflexão e de cuidado ético”. Quando Miriam nos conta que, dos eventos, surgiram reflexões sobre possíveis artigos, mas que a escrita “era outro passo” da produção de conhecimento, interpreto que, nessa equipe, a passagem da etapa de trabalho empírico para a de escrita de artigo não foi automática, mas contou com procedimentos entre os dois momentos, o que levou a uma dilatação do tempo para que a publicação ocorresse. A escolha metodológica pela organização de eventos com gestores e famílias, desse modo, pode ser compreendida como produção de “identidade periférica”, pois ela opera por meio de um imaginário geopolítico do conhecimento que reproduz hierarquias: a antropologia produz conhecimento a partir de uma prática mundana, a aproximação com os atores sociais.

Duas distinções são importantes para entendermos a processualidade de produção de conhecimento no projeto dos antropólogos pernambucanos: uma, entre dados obtidos “em primeira mão” e dados obtidos de “maneira secundária”; outra, entre trabalho de campo e o que eu chamarei aqui de trabalho de “gabinete”. No projeto “Etnografando cuidados”, a divisão de tarefas ocorreu de modo que somente uma parte dos pesquisadores participou ativamente da condução de entrevistas e da realização de observação participante, o que nos leva à ideia de que apenas uma parte deles foi às associações, clínicas e hospitais, conversou diretamente com mães, cuidadoras, gestores e profissionais da saúde. Cabe indagar por que essa equipe se organizou desse modo e quais as implicações disso.

É possível refletir que, enquanto bolsistas de iniciação científica e de pós-graduação se encarregam mais detidamente de ir a campo, escrever diários, elaborar roteiros, sistematizar dados, conduzir e transcrever entrevistas, pesquisadores mais experientes costumam dedicar maiores esforços às funções de coordenação da pesquisa — o que inclui o planejamento do projeto, a captação e distribuição de recursos e a prestação de contas. Ao mesmo tempo, quem coordena normalmente tem outras atribuições da vida acadêmica, como a docência, o exercício de cargos de chefia em seus respectivos departamentos e a orientação de estudantes, por exemplo, e passa a ter contato com os dados da pesquisa sem necessariamente ter ido a campo. Um exemplo disso se tornou perceptível por meio da fala de Roberta Castro, que nos contou que, com diversas atribuições além desta pesquisa, era atualizada sobre o que ocorria no campo por meio de diálogos no grupo de WhatsApp da equipe:

Nem sempre eu podia ir pros eventos, porque eu estava atarefada com as coisas aqui da universidade. Quando Sarita Gurgel ia para um evento, ela escrevia o diário de campo dela e me passava um áudio ou então me ligava dizendo o que tinha acontecido. [...] Hoje eu vejo isso como uma forma de produção também, esse diálogo que a gente tinha, a gente conversava muito sobre [...] como tinha sido tal visita, cada novidade que ia acontecendo – porque era um campo muito rápido, tudo acontecendo muito rapidamente, e as coisas eram publicadas, e, se se descobria uma coisa hoje, amanhã já era outra coisa (Roberta Castro, entrevista concedida à autora, 2025).

Roberta Castro e Sarita Gurgel são um exemplo de uma produção que estava ocorrendo no meio virtual, mas o “gabinete”, no caso do *Etnografando cuidados*, foi a sede do FAGES, localizada no 13º andar do Centro de Filosofia e Ciências Humanas (CFCH) da UFPE. Os momentos de encontro na sede do FAGES foram essenciais para afinar ideias, atualizar aqueles que não haviam ido a campo sobre o que havia ocorrido recentemente, promover discussões e reflexões sobre possíveis temas para artigos e ponderar sobre os cuidados éticos com as interlocutoras de pesquisa.

Essas reuniões e os debates delas advindos foram, digamos assim, a liga entre a coleta de dados e o momento posterior de escrita de artigos e, por envolverem um grupo grande de pessoas, demandaram um tempo mais dilatado para a harmonização das ideias. Trago aqui, então, um trecho de entrevista com Sarita Gurgel, que nos contou sobre sua percepção de como o FAGES lidou com o tempo da emergência para publicar:

Olha, são tempos distintos. O tipo de material que a gente trabalha em Humanas, em Ciências Sociais e o tipo de material que eles [na Saúde] trabalham é distinto. Então, a gente precisa burilar, a gente precisa refletir. Uma entrevista ajuda na outra, o tempo é muito importante. Eu acho que o tipo de material é diferente, as relações são diferentes também, porque a gente depende muito do que é vivo, das pessoas. Nem sempre as pessoas podem nos receber, ou nem sempre as pessoas estão dispostas, ou nem sempre a pessoa quer falar sobre aquele tema, naquela entrevista, daquela vez. Tiveram pessoas que a gente entrevistou mais de uma vez. Ou então a gente entrevistou uma vez e depois a gente ficou convivendo muito com essas mulheres. Já não era mais uma entrevista, era um convívio. E você pensava que ela ia refletindo também sobre ela e sobre a vida dela, sobre a política, ou sobre a ciência. E aquilo ia modificando. Então, assim, lá no FAGES, eu não sentia essa pressa desesperada (Sarita Gurgel, entrevista concedida à autora, 2025).

A fala de Sarita parte de uma distinção nós/eles (antropólogos/pesquisadores da saúde) para defender que a publicação no FAGES seguiu um ritmo diferente daquele das ciências da saúde. Como colocado por Ortiz (2003), devido ao caráter mais interpretativo do que informativo das ciências sociais, essa é uma área que demanda tempo de amadurecimento e análise. A publicação acelerada, portanto, não se configura como valor para seus representantes, o que se reflete na fala de Sarita. É interessante notar como ela recorreu aos materiais de pesquisa – as relações humanas – para explicar essa distinção, reforçando ideias referentes à importância do convívio e da participação na realidade do outro para que a antropologia construa seus conhecimentos. A resposta de Sarita se aproxima, em certa medida, do relato de Miriam. Antes de publicar rapidamente, o foco do FAGES era construir espaços de sociabilidade, e, neste ponto, gostaria de destacar a categoria “modificar”, acionada por Sarita, bem como a ideia de reflexão conjunta entre pesquisadora e sujeitos de pesquisa. Essa categoria e essa ideia nos ajudarão a pensar numa dimensão política da antropologia produzida pelo FAGES.

Pacheco de Oliveira (2013), em coletânea sobre os desafios da antropologia brasileira, chama atenção para o movimento contemporâneo da disciplina de se tornar antropologia “aplicada”, processo ligado ao pressuposto de que as investigações científicas têm consequências sociais importantes. Nesse sentido, procedimentos de pesquisa cristalizados na disciplina, anteriormente garantidores da positividade dos dados antropológicos, passam a ser questionados, como é o caso da clivagem entre “pesquisador” e “objeto do conhecimento”. O contexto contemporâneo da pesquisa passa a demandar novas técnicas de observação e um entendimento do trabalho de campo como uma “situação etnográfica” (Pacheco de Oliveira, 2013) em que, em vez de tentar criar um cenário artificial para a objetivação da realidade, se considera a convergência dialógica entre sujeito pesquisador e sujeitos pesquisados.

É relevante que percebamos como essa noção dialógica e politicamente situada se mostrou presente nas falas de Sarita, Roberta e Miriam. Quando Sarita fala que o convívio entre a antropóloga e a mulher afetada pela epidemia desemboca em processos reflexivos “sobre a política, ou sobre a ciência” em ambas as partes envolvidas na interação, isso remete a uma antropologia que produz com os sujeitos. Aproveito a discussão sobre a antropologia aplicada para trazer mais um trecho de sua fala. Nesse momento, percebemos que, para Sarita, a pressa para publicar artigos está relacionada a essa dimensão política de um conhecimento capaz de transformar a realidade:

Alguns temas eu tinha vontade de escrever rápido pra levantar a discussão rápido. Um dos temas que eu tinha vontade de escrever de forma rápida foi essa questão da antropologia da ciência, que era uma reclamação muito forte das mulheres. A gente tinha vontade de falar sobre isso rápido, ao passo que eu também tinha vontade de escrever da importância da ciência para elas, quando você via a intersecção entre ciência e política pública. Esse artigo que eu escrevi, o “Nada sobre nós sem nós”

[(Matos e Silva, 2020)], eu falo um pouco sobre esse dilema que era a ciência pra elas. De tratarem elas de forma utilitária, mas também, no mesmo artigo, eu dizia “mas tinha um outro lado”. Tem esse lado que elas pegam os artigos dos cientistas, elas leem, elas interpretam e elas dizem “olha aqui a brecha, aqui a gente vai pegar determinada política”, que era no caso da pensão [indenizatória], que foi uma coisa que eu trabalhei muito na pesquisa e nos artigos. Eu passava muitos artigos pra elas, e elas diziam “olha aqui, presta atenção nisso, que acho que isso aqui pode ajudar a gente a derrubar tal artigo da pensão que tá errado”. Então, não era só uma coisa negativa, essa relação com a ciência. Existia uma coisa muito positiva também de ver o que a ciência tá produzindo e usar isso ao favor delas, pra que determinadas coisas fossem modificadas (Sarita Gurgel, entrevista concedida à autora, 2025).

A partir do exposto, percebemos que o tempo dilatado da reflexividade esteve muito presente no FAGES; no entanto, para Sarita Gurgel, ele foi concomitante à necessidade de se escrever sobre temas que estavam impactando diretamente a vida das mulheres e famílias afetadas pela SCVZ. “Levantar a discussão rápido” era necessário, pois, ao mesmo tempo em que se tratava de visibilizar demandas das famílias que eram urgentes (como acesso a medicamentos, equipamentos e ampliação do quadro de neuropediatras nos serviços de saúde pública), também se tratava de aproveitar que as atenções da gestão pública estavam direcionadas a promover ações de mitigação dos efeitos epidêmicos.

É interessante notar que essa aceleração da publicação pode ser vista como uma aproximação ao modelo da “comunidade central da ciência”; no entanto, outros elementos nessa escolha reforçam e tornam mais preponderante o “regime de administração da irrelevância” (Neves, 2020) no FAGES: a publicação em língua portuguesa e a escolha por revistas nacionais. Esses elementos refletem expectativas de gerar uma discussão localizada nacionalmente, com pouca capacidade de tradução/difusão e baixo impacto das publicações em termos internacionais.

Além do que foi exposto até aqui, a fala de Sarita Gurgel desperta nossa atenção para o fato de que os artigos científicos são apropriados pelas mulheres, englobados e interpretados a partir de seus próprios enquadramentos e necessidades, o que nos leva a pensar que a circulação de textos publicados também é um importante momento de atribuição de significados e de disputas face ao que está escrito no papel. Para refletirmos sobre a apropriação de trabalhos acadêmicos por pessoas “leigas” com determinadas condições de saúde ou por associações que as representam, Carlos Novas (2006) apresenta a noção de “economia política da esperança”.

Essa noção, situada no bojo dos estudos contemporâneos sobre a biopolítica, reflete o modo como as associações de pacientes com condições genéticas específicas projetam esperança na formulação de curas ou terapias por parte da pesquisa biomédica, o que reorganiza os vetores de força implicados na promoção de saúde de pessoas e grupos. Esse arcabouço teórico adquire especial relevância ao enfatizar a dimensão eminentemente política da participação de grupos de pacientes na promoção de saúde, já que nos leva a notar a esperança para além de sua dimensão imaginativa, compreendendo-a também como algo “materializado através de uma gama de práticas sociais” (Novas, 2006, p. 290). Nesse sentido, os efeitos da economia política da esperança têm potencial de incidência não somente em contextos de produção de ciência, como também nas políticas de saúde formuladas a partir dessa produção.

Fleischer (2020) adota o conceito de Novas para refletir sobre o contexto da SCVZ em Recife. A autora discorre sobre uma “circulação de esperança” como um sentimento ou emoção que flutua, a depender de configurações momentâneas de maior ou menor acesso, por exemplo, a terapias reabilitadoras, tecnologias assistivas e consultas. Já Steven Epstein (1995) explora a participação “leiga” na pesquisa biomédica, trazendo o contexto empírico do ativismo de pacientes diante de testes clínicos que avaliam a eficácia e segurança de medicamentos para Aids, nos Estados Unidos.

O autor apresenta elementos para entendermos como o ativismo em torno da Aids atingiu uma “conversão em massa de ‘vítimas’ da doença em ‘ativistas-especialistas’” (Epstein, 1995, p. 414, tradução livre), contextualizando-o nos chamados “novos movimentos sociais” – movimentos marcados por lutas em torno de formas culturais, pelo foco nos valores de autonomia e identidade e pela capacidade reflexiva para articular respostas com o saber científico. Além disso, Epstein ilumina estratégias empenhadas por esses ativistas para a construção de sua credibilidade no interior da arena de expertise credenciada.

Uma dessas estratégias diz respeito à aquisição de habilidades de familiarização com a linguagem e cultura da ciência médica: por meio da presença em conferências científicas, questionamento de protocolos de estudo e aprendizados com profissionais dentro e fora do movimento social, os ativistas incorporaram informações técnicas sobre, por exemplo, o ciclo de replicação viral do HIV. Dominando conhecimentos da linguagem biomédica, eles passaram então a disputar espaços marcados pelas normas e discursos da ciência.

Epstein mobiliza também as características desse grupo social que tornaram possível a disputa entre “o público” e “os experts”. Nesse sentido, o autor sublinha que o ativismo em torno da Aids nos Estados Unidos foi marcado pela presença de considerável “capital cultural” – tipologia que se refere a “disposições cultivadas para apropriação de conhecimento e cultura” (Epstein, 1995, p. 415, tradução livre). Os grupos formados principalmente por pessoas LGBTQIA+ – protagonistas desse ativismo – eram compostos não apenas por indivíduos cujos marcadores sociais de raça, classe e gênero indicavam privilégios, mas também por intelectuais e especialistas de diversas áreas, o que ampliou significativamente sua capacidade de contestar o discurso biomédico.

Já a epidemia de SCVZ no Recife atingiu principalmente mulheres negras, moradoras das periferias e de baixa escolaridade, sobre quem recaiu o maior peso decorrente da emergência (Silva; Matos; Quadros, 2017). No entanto, podemos refletir que as famílias afetadas pela SCVZ no Recife se beneficiaram do “capital cultural” anteriormente construído pela Aliança de Mães e Famílias Raras (AMAR), por exemplo. Como mostram Scott e colegas (2017), essa associação foi fundada em 2013 – período anterior à epidemia de Zika – com o objetivo principal de acolher mães de crianças com síndromes raras e, portanto, já possuía um expressivo histórico de ações de apoio às cuidadoras de crianças com deficiência e de atuação política junto a autoridades locais.

Sua influência não se deu somente no âmbito da luta pelos direitos de pessoas com deficiência, mas também no movimento de mulheres. Em 2017, quando a União de Mães de Anjos (UMA) foi fundada a partir da associação de “mães de micro” – como as mães de crianças com a SCVZ passaram a se chamar –, essa segunda associação se desenvolveu de modo similar à AMAR, “mobilizando noções de empoderamento relacionadas ao ativismo político e à possibilidade de assumir uma identidade historicamente estigmatizada” (Scott et al., 2017, p. 85).

2. O TEMPO DA RESPOSTA À EMERGÊNCIA DE SAÚDE PÚBLICA

Considerando que Recife foi o epicentro da epidemia do vírus Zika no Brasil, a ordem científica global, representada, nesse caso, por especialistas da Organização Pan-Americana de Saúde (OPAS), convocou um Comitê de Emergência sob as Regulações de Saúde Internacionais. Esse comitê, após obter aconselhamento acerca da forte suspeita de associação entre a infecção pelo vírus Zika e o aumento de casos de malformações fetais, “concordou haver a necessidade urgente de se coordenar esforços internacionais para investigar e compreender melhor essa associação”.

Nesse sentido, a “resposta científica” esperada pela OPAS consistiu em gerar evidências sobre o sequenciamento genético e os efeitos clínicos de diferentes variantes do vírus Zika, a neuropatologia da microcefalia, a condução de estudos de caso-controle e coortes e o desenvolvimento de modelos animais para estudos experimentais. Ou seja, pela comunidade central da ciência (Neves, 2020), era esperada uma resposta biomédica. A publicação no MERG, portanto, teve que se adequar a este tempo emergencial, mas, ao mesmo tempo, mantendo um critério de qualidade, como a epidemiologista Ana Catarina Bastos nos contou em entrevista:

A gente procurou estar muito harmonizado com esse tempo, a necessidade de dar respostas. Nem sempre a gente conseguiu. E vocês veem que tem muita gente escrevendo sobre a microcefalia sem ter nunca visto microcefalia nada. [...] Porque vai para o computador, tem facilidade, publica, é editor de uma revista. A gente, não. A gente queria ter uma coisa mais consistente. Então tinha essa coisa do tempo, queríamos estar alinhados com o tempo do serviço de saúde e dar respostas à academia, dar respostas à população, mas com consistência (Ana Catarina Bastos, entrevista concedida à autora, 2025).

A fala da interlocutora nos leva a pensar em dois aspectos centrais das publicações do MERG: oferecer uma resposta consistente em tempo adequado, mas sem desconsiderar os diferentes atores sociais que demandavam essa resposta – não somente a comunidade científica internacional, mas também a população e o serviço de saúde locais. A partir desses dois aspectos (consistência e abrangência), destaco que a escolha das revistas e da língua de publicação seguiu um padrão nesse grupo de pesquisa: mirou prioritariamente revistas de alto fator de impacto, internacionais e na língua hegemônica da ciência, o inglês.

Renato Ortiz (2003) aborda a dominância da língua inglesa na contemporaneidade, sublinhando uma distinção entre “inglês como língua internacional” e “inglês como língua global”. O autor se posiciona de modo contrastante ao difusionismo de Kroeber – inspirador de trabalhos de linguistas na segunda metade do século XX –, que postula a transmissão de conteúdos culturais de uma população para outra a partir de uma clara separação entre interno e externo. Na perspectiva difusionista, a língua inglesa seria irradiada

de um centro e recebida em um ponto de chegada como língua “estrangeira”, caracterizando uma situação de contato entre duas culturas. Para Ortiz, a globalização redefine esse ordenamento de forças, e o inglês passa a “constituir-se em um idioma interno, autóctone à condição da modernidade-mundo” (Ortiz, 2003, p. 10). Nesse sentido, o idioma deixa de figurar como língua internacional, que irradia de uma nação central para outras, e passa a ser visto como língua global, desterritorializada e ressignificada em suas múltiplas situações de uso.

Ortiz também desenvolve reflexões em torno do inglês como a língua da ciência, situando o advento dessa supremacia na constituição da “sociedade da informação”, datada da segunda metade do século XX e caracterizada pela aliança entre desenvolvimento científico e tecnológico nos Estados Unidos. Ao apresentar um conjunto de dados quantitativos gerados em séries históricas do século mencionado, o autor destaca: 1) o crescimento exponencial de artigos publicados em língua inglesa; 2) a prática de referenciar quase exclusivamente trabalhos escritos nessa língua; 3) uma ignorância sistemática da produção em língua não inglesa por parte das bases de dados científicas. Desse modo, Ortiz aponta que o reconhecimento internacional de um corpus literário para que este opere como padrão de referência depende de sua disponibilidade em inglês, dinâmica ligada também às noções de prestígio na ciência. Outro ponto relevante abordado pelo autor é a importância dada, pelas revistas de alto fator de impacto, às “informações de primeira mão”, inéditas, que refletem descobertas recém-feitas.

A partir dos elementos expostos, é possível perceber que, para atuar como padrão de referência frente à comunidade central da ciência, o MERG priorizou as revistas de alto fator de impacto e a escrita em língua inglesa. Em termos do tempo emergencial da epidemia de Zika, o inglês torna-se favorável, não só por seu caráter instrumental, mas também por sua capacidade de “representar a informação liberada dos aspectos não informacionais da linguagem” (Ortiz, 2003, p. 14), maximizando uma comunicação “neutra”. O tempo emergencial também se coaduna com a noção de ineditismo: respostas biomédicas são requeridas, e as novas descobertas alimentam o sistema internacional da ciência.

Apesar desse padrão geral escolhido pelo MERG, alguns artigos diversificaram o estilo de comunicação dos achados do grupo, abrangendo mais atores sociais como destinatários. Observemos mais uma fala de Ana Catarina Bastos para entender isso:

Há os dois artigos de caso-controle⁶, nós queríamos uma revista de maior impacto. Foi no Lancet as duas. Já aquele [artigo] que eu escrevi, eu quis deixar registrado para o público brasileiro como foi essa construção [do conhecimento] aqui. É, ela tem em inglês também. Décadas atrás, eu tinha feito [um artigo (Braga, Albuquerque e Moraes, 2004)] que era [sobre] o gap entre a pesquisa e a incorporação numa política pública de saúde. E eu escrevi sobre a filaríose. Então, o editor [da revista Cadernos de Saúde Pública] disse “não, vamos publicar em inglês.” [Na época], eu disse: “eu não quero, sabe por quê? Eu quero que os gestores dos municípios, dos estados, leiam esse artigo. Então, se for em inglês, muitos não vão ler”. Então, tinha essa peculiaridade. Mas, fora o meu [artigo (Albuquerque *et al.*, 2018)], que fala sobre como se construiu o conhecimento sobre a Zika, eu acho que a gente procurou revistas de alto impacto porque era um hábito, um critério de publicar em revistas confiáveis, que tenham um board, que tenham um comitê editorial (Ana Catarina Bastos, entrevista concedida à autora, 2025).

É interessante notar que Renato Ortiz (2003) não só chama atenção para as condições de idioma que o sistema internacional da ciência impõe para que um corpus literário seja alçado a padrão de referência, mas também sinaliza uma consequência dessa dinâmica para países do “Terceiro Mundo”. Essa consequência consiste em transitar entre atividades “locais” e “universais”, o que fica evidente na fala de Ana Catarina.

Em grande parte dos momentos, a prioridade do MERG foi a aquisição de visibilidade na cena mundial, concentrando ações na ciência de “elite”, publicando em revistas internacionais “confiáveis, com um board, com um comitê editorial”. Contudo, em outros momentos, o grupo concentrou-se em atividades “locais”, escrevendo em idioma nacional e publicando em revistas do país. É possível dizer, portanto, que o MERG realizou, majoritariamente, um direcionamento prático de suas ações no sentido de centralizá-las, produzindo “identidade central” (Neves, 2020) na ordem hierarquizada da ciência. No entanto, podemos falar em um trânsito entre identidades, pois, quando escreveu em português e publicou em revistas nacionais, produziu “identidade periférica”.

Um exemplo desse direcionamento prático do MERG ao escolher, em determinadas situações, a “identidade periférica” está na escrita de um artigo sobre a construção do conhecimento epidemiológico no grupo. A referida publicação foi feita em 2018, após os dois artigos de caso-controle serem divulgados e circulados; ou seja, ela surge em um momento em que o conhecimento produzido pelo MERG já gerou consenso entre a comunidade científica e a situação emergencial passou por um certo arrefecimento. O título do artigo é “Epidemia de microcefalia e vírus Zika: a construção do conhecimento em epidemiologia” (Albuquerque *et*

⁶ Os “casos” se referem às crianças diagnosticadas com a SCVZ enquanto os “controles”, às crianças (expostas ou não ao vírus) nascidas saudáveis no mesmo dia e local que as primeiras.

al., 2018). Considero esse trabalho especialmente significativo para análise, pois, como mencionado por Ana Catarina, trata-se de uma publicação voltada para o público brasileiro, o que me leva a lançar a hipótese de que ela funciona para comunicar um legado do MERG a gestores, profissionais da saúde e àqueles que futuramente possam enfrentar outras epidemias de arboviroses ou emergências sanitárias em solo nacional.

Além disso, pistas como o título do trabalho e a revista em que ele está divulgado revelam uma publicação mais dialógica, com uma perspectiva ampliada de saúde. Ao mencionar tal perspectiva, refiro-me àquela apresentada por Porto e Garrafa (2011) em trabalho que trata das influências da Reforma Sanitária Brasileira para o desenvolvimento das bioéticas brasileiras. Nessa perspectiva, incorpora-se a dimensão social para a compreensão dos processos de saúde e adoecimento da população, em que aspectos referentes à qualidade de vida de indivíduos, grupos e populações passam a ser considerados tão relevantes para a saúde quanto os recursos terapêuticos biomédicos. Desse modo, a “construção do conhecimento em epidemiologia” remete aos estudos sociais da ciência epidemiológica, e a Cadernos de Saúde Pública apresenta um escopo que conecta estudos quantitativos e qualitativos nas investigações sobre saúde e adoecimento. Como veremos adiante, a estrutura do texto e a linguagem empregada pelos autores também nos conduzem à ideia de produção dialógica.

O discurso científico hegemônico é marcado por uma separação entre matéria científica e forma verbal (Ortiz, 2003). A linguagem, nessa perspectiva, é mero instrumento de suporte para a transmissão da informação científica e deve, portanto, apresentar-se da forma mais transparente e neutra possível. No caso dos escritos do MERG, esse modo de apresentação da linguagem está ligado ao padrão de seções que segue a norma “Introdução – Materiais e Métodos – Resultados – Discussão”. A estrutura do artigo que trata da construção do conhecimento em epidemiologia não segue essa norma: o ensaio é dividido em seis seções com títulos diversos que remetem a contextualizações sobre como se percebeu a epidemia de microcefalia em Recife, como a ciência foi acionada para responder a ela, quais foram os antecedentes que levaram à hipótese de relação entre a infecção pelo vírus e a microcefalia e como se deu o teste dessa hipótese. Destaco aqui um excerto da primeira seção do trabalho, intitulada “Vivendo a epidemia de microcefalia”:

Neste ensaio, registramos as primeiras descobertas científicas que permitiram caracterizar a nova síndrome de Zika congênita e os desdobramentos em pesquisas epidemiológicas. Contamos esta história sem o distanciamento pretendido pelos artigos científicos, mas como pesquisadores atuando no epicentro dessa epidemia (Albuquerque *et al.*, 2018, p. 2).

Rememorando algumas das contribuições teóricas de James Clifford (Clifford; Marcus, 2016), a etnografia é um fenômeno interdisciplinar dotado de retórica e política próprias. O ensaio publicado na CSP pelo MERG não é uma etnografia; no entanto, ele compartilha com esse escrito antropológico o fato de ser um relato, um “registro”, nas palavras dos autores. A utilização da estratégia literária de “contar uma história” remete a um procedimento retórico que contextualiza os elementos que estavam em jogo para a construção do conhecimento epidemiológico do grupo. Quando os autores afirmam que fazem este registro “sem o distanciamento pretendido pelos artigos científicos, mas como pesquisadores atuando no epicentro dessa epidemia”, relembro a noção de “parcialidade” introduzida por Clifford, que nos leva à ideia de que “verdades etnográficas são inerentemente parciais – engajadas e incompletas” (Clifford; Marcus, 2016, p. 38). Ao aplicarmos essa ideia ao contexto das verdades epidemiológicas, podemos refletir sobre duas estratégias literárias.

Numa estratégia de “equiparação”, rompe-se com a operação que instaura uma relação rígida e desigual entre pesquisador e objeto, comumente percebida nos artigos biomédicos. Os autores se situam como pessoas que, assim como seus concidadãos moradores de Recife, também estavam experienciando a emergência sanitária a partir de seu epicentro, estratégia discursiva que, de modo não tão evidente, toma a contemporaneidade como pressuposição fundadora (Pacheco de Oliveira, 2013) e, portanto, equipara e simetriza, em certa medida, os atores sociais.

Já numa estratégia de “diferenciação”, a demarcação da posição de “pesquisador” neste cenário nos permite refletir sobre pertencimentos institucionais e posicionamentos políticos que guiaram as práticas desses cientistas localmente, já que, como nos lembram Scott *et al.*, “a declaração de emergência exige uma pujança e projeta as ciências da vida para assumir uma responsabilidade de mostrarem-se capazes” (Scott *et al.*, 2017, p. 37). Nesse sentido, afastamo-nos da ideia do cientista como aquele localizado numa plataforma privilegiada de observação, e o percebemos como ator social atravessado também pelo impulso e sentimento de convocação para representar uma ciência recifense capaz de responder à altura que essa emergência demandava.

3. TECENDO COMPARAÇÕES ENTRE FAGES E MERG

Considerando que a resposta científica esperada pela OPAS consistiu em uma resposta biomédica, isso teve implicações não só para o tempo de publicação, mas também para uma série de outras escolhas feitas em ambos os grupos analisados. Para o FAGES, podemos dizer que essa dinâmica implicou na instauração de um “regime de administração da irrelevância”: as metodologias empregadas revelam pouco valor atribuído à publicação imediata de resultados e à universalização dos discursos; quando surge o desejo de “levantar a discussão rápido”, como apontado por Sarita, a “resposta em nível científico” tem como objetivo incidir politicamente em um contexto restrito, nacional, atuando em conjunto com uma economia política da esperança (Novas, 2006) ou auxiliando ativistas-especialistas (Epstein, 1995) afetados pela epidemia de Zika na luta por direitos.

Já no MERG, a demanda por uma resposta científica alinhada ao modelo da comunidade central da ciência reforçou o hábito do grupo de “publicar em revistas confiáveis”, como relatado por Ana Catarina. Esse hábito é orientado por valores e procedimentos de “administração da relevância” (Neves, 2020), nos quais o conhecimento gerado é assumido positivamente, com expectativas de reconhecimento, circulação internacional e aceite para publicação. Podemos falar em produção de “identidade central”, propiciada também pelo uso da língua inglesa, língua “franca” da ciência (Ortiz, 2003; Álvares, 2016), que maximiza a informação e, no contexto das ciências “duras”, permite uma redução da linguagem para que o foco esteja na maior abrangência da informação, a ser transmitida no menor tempo possível. Contudo, também se observa um trânsito entre identidades no MERG, ora central, ora periférica; ora desempenhando atividades “locais”, ora “universais”, já que algumas publicações, mesmo que minoritárias, ocorreram em português, em revistas nacionais, com uma abordagem dialógica que diminui a distância entre sujeitos pesquisadores e sujeitos pesquisados.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo deste trabalho consistiu em apresentar uma faceta da mobilização científica gerada a partir da epidemia do vírus Zika em Recife/PE: a escrita e a publicação de artigos científicos. Mostrei, amparada em Neves (2020), que a prática científica é uma atividade constituída por relações hierárquicas que caracterizam o sistema internacional da ciência, estabelecendo relações entre centro e periferia. A noção de “comunidade central da ciência”, nesse sentido, auxiliou na problematização da categoria “resposta em nível científico” nos dois grupos de pesquisa, demonstrando em ambos aproximações e distanciamentos também com o “regime de administração da irrelevância”. Defendi a análise dos artigos científicos a partir dos ESCT, pois considero que os “resultados [da produção científica] são transformados em produtos para que possam circular no meio acadêmico e também fora dele” (Allebrandt e Caetano, 2023, p. 201), gerando consequências concretas, no caso da epidemia de Zika, para as pessoas afetadas por essa emergência.

Para sugerir que futuros trabalhos sigam tomando a escrita científica como foco de análise a partir dos ESCT, sinalizo alguns caminhos que não puderam ser aprofundados neste artigo e que merecem atenção. No que tange à temporalidade de um trabalho etnográfico, é possível explorar uma historicidade dessa temporalidade, ou seja, refletir sobre como um contexto epidêmico recente, em um país do Sul global, produz um tempo de produção do conhecimento antropológico diferente daquele produzido em contextos coloniais e eurocentrados – tarefa para a qual Rajan (2021) e Marcus e Fischer (1999) podem contribuir. Um segundo ponto que pode ser melhor analisado é o modo como o tempo de urgência parece prover um cenário especialmente fértil para aproximações ou “misturas” entre as ciências biomédicas e as ciências sociais (Valim; Fleischer, 2025). Por fim, destaco a relevância de que futuros trabalhos antropológicos sobre a escrita de artigos científicos aprofundem o tema da reflexividade, considerando as contribuições de Haraway (1995) e Manica (2020).

REFERÊNCIAS

- ALBUQUERQUE, Maria de Fatima Pessoa Militão de et al. Epidemia de microcefalia e vírus Zika: a construção do conhecimento em epidemiologia. *Cadernos de Saúde Pública*, v. 34, 2018.
- ÁLVARES, Sílvia. A Ciência fala inglês? Em tempos de mudança. *Nascer e Crescer - Birth and Growth Medical Journal*, v. 25, n. 3, p. 133-135, 2016.
- BRAGA, Cynthia; ALBUQUERQUE, Maria de Fátima P. Militão; MORAIS, Heloísa Mendonça de. A produção do conhecimento científico e as políticas de saúde pública: reflexões a partir da ocorrência da filariose na cidade do Recife, Pernambuco, Brasil. *Cadernos de Saúde Pública*, v. 20, n. 2, p. 351-361, 2004.
- CAETANO, Hellen; ALLEBRANDT, Débora. Mapeando controvérsias em produtos científicos: o caso da Cannabis no Brasil. In: PEDRO, Wilson José Alves et al. *Novas agendas científicas para sociedades em transformação*. Campinas: Pontes Editores, p. 184-205, 2023.
- CLIFFORD, James; MARCUS, George E. (Orgs.). *Writing culture: The poetics and politics of ethnography*. Univ. of California Press, 2023.
- DINIZ, Debora. *Zika: Do sertão nordestino à ameaça global*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016.
- EPSTEIN, Steven. The construction of lay expertise: AIDS activism and the forging of credibility in the reform of clinical trials. *Science, Technology, & Human Values*, v. 20, n. 4, p. 408-437, 1995.
- FLEISCHER, Soraya. Circulação de esperança em tempos de Síndrome Congênita do Vírus Zika no Recife/PE. In: ALLEBRANDT, Débora; MEINERZ, Nádia; NASCIMENTO, Pedro (Orgs.). *Desigualdades e Políticas da Ciência*. 1. ed. Florianópolis/SC: Casa Verde, v. 1, p. 325-362, 2020.
- FONSECA, Claudia. O anonimato e o texto antropológico: Dilemas éticos e políticos da etnografia 'em casa'. *Teoria e Cultura*, v. 2, n. 1 e 2, 2007.
- HARAWAY, Donna. Saberes localizados: a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial. *Cadernos Pagu*, n. 5, p. 7-41, 1995.
- LIRA, Luciana Campelo; PRADO, Helena. Nossos filhos não são cobaias: objetificação dos sujeitos de pesquisa e saturação do campo durante a epidemia de Zika. *Ilha – Revista de Antropologia*, v. 22, p. 96-131, 2020.
- MANICA, Daniela. Simpoiese com as CeSaM e práticas etnográficas. In: ALLEBRANDT, Débora; MEINERZ, Nádia; NASCIMENTO, Pedro. *Desigualdades e Políticas da Ciência*, p. 25-46, 2020.
- MARCUS, George; FISCHER, Michael. *Anthropology as cultural critique: An experimental moment in the human sciences*. University of Chicago Press, 1999.
- MATOS, Silvana Sobreira; SILVA, Ana Cláudia Rodrigues da. “Nada sobre nós sem nós”: associativismo, deficiência e pesquisa científica na Síndrome Congênita do Zika vírus. *Ilha – Revista de Antropologia*, v. 22, n. 2, p. 132-168, 2020.
- NEVES, Fabrício Monteiro. A periferização da ciência e os elementos do regime de administração da irrelevância. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 35, n. 104, 19 p., 2020.
- NOVAS, Carlos. The political economy of hope: Patients' organizations, science and biovalue. *BioSocieties*, v. 1, n. 3, p. 289-305, 2006.
- ORTIZ, Renato. As ciências sociais e o inglês. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 19, p. 5-22, 2004.
- PACHECO DE OLIVEIRA, João. Etnografia enquanto compartilhamento e comunicação: desafios atuais às representações coloniais da antropologia. In: BIANCO, Bela Feldmann (org.). *Desafios da Antropologia brasileira*. Editora ABA, p. 47-74, 2013.

PORTO, Dora; GARRAFA, Volnei. A influência da Reforma Sanitária na construção das bioéticas brasileiras. *Ciência & Saúde Coletiva*, v. 16, n. suppl 1, p. 719-729, 2011.

RAJAN, Kaushik Sunder. *Multisituated: Ethnography as diasporic praxis*. Duke University Press, 2021.

SCOTT, Russell Parry *et al.* A epidemia de Zika e as articulações das mães num campo tensionado entre feminismo, deficiência e cuidados. *Cadernos de gênero e diversidade*, v. 3, n. 2, 2017.

SILVA, Ana Cláudia Rodrigues da; MATOS, Silvana Sobreira de; QUADROS, Marion Teodósio de. Economia Política do Zika: Realçando relações entre Estado e cidadão. *Revista Antropológicas*, 2017.

VALIM, Thais; FLEISCHER, Soraya (Orgs.). *Misturas: Histórias de pesquisas sobre o vírus Zika*. Rio de Janeiro: Telha, 2025.

VALLE, Isadora Sipp. *"Fome de pesquisador": O artigo científico como sistema de verdade sobre a epidemia de vírus Zika em Recife/PE*. Monografia [Bacharelado em Antropologia]. Orientadora: Soraya Fleischer. Brasília: UnB, 2023.

ZANELLA, Eduardo Doering. Dado coletado, sujeito fabricado: "drogas" e "objetividade" em um empreendimento de pesquisa médico-científico. Pós - *Revista Brasileira de Pós-Graduação em Ciências Sociais*, v. 13, n. 2, 2014.